



GT (Políticas e Gestão da Educação Superior)

EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E METODOLOGIAS ATIVAS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEUROATÍPICAS

Enaile Maria de Moraes Oliveira¹, Jessyk Daiana Bianconi², Maria Francimaria Cavalcante³,
Allyson Aires Pimentel da Silva⁴, Erika Fernanda Cavalcante Reis⁵

RESUMO

Este trabalho investiga a aplicação de metodologias ativas na educação inclusiva de crianças neuroatípicas na Amazônia Ocidental, com foco na contribuição das políticas e gestão da educação superior. O objetivo é analisar como a aprendizagem baseada em problemas, a instrução diferenciada e a gamificação promovem a participação ativa dos alunos. Utiliza uma revisão sistemática teórica como procedimento metodológico. Os resultados mostram que essas abordagens se adaptam às necessidades individuais dos alunos e promovem um aprendizado significativo. No entanto, a efetividade depende da formação contínua dos professores e da adequação das práticas pedagógicas ao contexto local. Conclui que, para uma inclusão eficaz, é essencial o suporte político e a colaboração entre universidades, escolas e comunidades, destacando o papel das universidades públicas na formação de educadores e na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, garantindo uma educação de qualidade que valorize a diversidade cultural e geográfica da região.

Palavras-chave: Amazônia Ocidental; Inclusão Educacional; Universidades Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um desafio complexo que envolve múltiplos fatores, desde a formação de professores até a adaptação de metodologias pedagógicas. Este desafio é mais

1Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: enaile.oliveira.038@ufrn.edu.br

2Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: jessykbianconi@gmail.com

3Mestra em Ensino Profissional em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: mfrancimaria@yahoo.com.br

4Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: allysonaires@gmail.com

5Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: efernandadacavalcante@gmail.com



pronunciado em regiões remotas, como a Amazônia Ocidental, onde a infraestrutura educacional é limitada e as condições socioeconômicas são adversas. A inclusão de crianças neuroatípicas, especialmente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é essencial para garantir a equidade e a qualidade educacional. A implementação de metodologias ativas, que promovem uma participação mais significativa dos alunos no processo de aprendizagem, tem se mostrado promissora nesse contexto (Hattie, 2013; Colomer *et al.*, 2020).

As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas e a instrução diferenciada, têm sido amplamente reconhecidas por sua eficácia em engajar os alunos e promover um aprendizado profundo e significativo (Gardner, 1983; Marzano, 2007). No entanto, a aplicação dessas metodologias em contextos desafiadores, como a Amazônia Ocidental, ainda é pouco explorada na literatura, representando uma lacuna que este estudo pretende preencher.

A importância da educação inclusiva é ainda maior em regiões onde as barreiras ao aprendizado são amplificadas por fatores geográficos e socioeconômicos. A Amazônia Ocidental, com sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, apresenta um cenário único para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras. As metodologias ativas não apenas favorecem a inclusão de crianças neuroatípicas, mas também contribuem para a construção de ambientes de aprendizagem mais equitativos e acolhedores (Silva, 2016; Gomez, 2020).

Além disso, este trabalho destaca a necessidade de formação contínua e especializada para os educadores que atuam em contextos desafiadores. As universidades públicas desempenham um papel essencial na capacitação desses profissionais, oferecendo programas de formação que abordam tanto as teorias quanto às práticas da educação inclusiva (Robinson, 2019; Lee, 2015). A colaboração entre instituições de ensino superior e escolas locais é fundamental para criar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos neuroatípicos, promovendo uma educação inclusiva de alta qualidade na Amazônia Ocidental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO

As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL), a instrução diferenciada, a gamificação, o design thinking, o storytelling e a pesquisa de campo,



são abordagens pedagógicas que buscam engajar os alunos de maneira mais profunda e significativa. Segundo Hattie (2013), essas metodologias incentivam os alunos a se tornarem agentes ativos em seu próprio processo de aprendizagem, promovendo um envolvimento mais profundo com o conteúdo.

A instrução diferenciada, conforme discutido por Tomlinson (2001), adapta o ensino às necessidades individuais dos alunos, levando em consideração suas habilidades, interesses e estilos de aprendizagem. Gardner (1983), em sua teoria das inteligências múltiplas, argumenta que os alunos possuem diferentes formas de inteligência e, portanto, necessitam de abordagens pedagógicas personalizadas para atingir seu potencial máximo. A instrução diferenciada é essencial em contextos de alta diversidade, permitindo que todos os alunos se envolvam e aprendam de maneira eficaz. Essas abordagens são especialmente relevantes em contextos como a Amazônia Ocidental, onde a diversidade ambiental e cultural pode enriquecer significativamente o processo de aprendizagem.

2.2 CONTEXTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A Amazônia Ocidental, uma vasta região que abrange estados como Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, é uma área de grande diversidade ambiental e cultural, mas também de significativos desafios socioeconômicos e educacionais. A região, frequentemente referida como a “periferia” do Brasil em termos de desenvolvimento e infraestrutura, sofre com um histórico de esquecimento e negligência por parte das políticas públicas nacionais (Silva, 2016; Torres, 2018). Este contexto cria barreiras adicionais para a implementação de uma educação inclusiva e de qualidade, especialmente para crianças neuroatípicas (Gomez, 2020; Robinson, 2019).

2.2.1 Desafios Educacionais na Amazônia Ocidental

A Amazônia Ocidental enfrenta desafios únicos devido ao seu isolamento geográfico, que dificulta o acesso a recursos e serviços essenciais. A grande distância entre comunidades e centros urbanos torna a logística de transporte complexa e cara, impactando a distribuição de materiais educativos e a presença de professores qualificados (Torres, 2018). A escassez de infraestrutura básica, como eletricidade, água potável e internet, limita ainda mais as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos.



As escolas na região operam frequentemente com recursos limitados e enfrentam dificuldades para atrair e reter professores qualificados devido às condições adversas e à falta de incentivos (Silva, 2016). Essa carência de recursos humanos e materiais afeta diretamente a qualidade da educação e amplia as desigualdades educacionais. A diversidade cultural e linguística, embora seja uma riqueza inestimável, também apresenta desafios. Muitas comunidades indígenas e ribeirinhas falam línguas nativas e possuem culturas que não são contempladas nos currículos convencionais (Gomez, 2020). A falta de uma educação intercultural que respeite e valorize essa diversidade contribui para a marginalização dessas populações e para a perpetuação das desigualdades educacionais.

2.2.2 Esquecimento e Negligência

Historicamente negligenciada, essa parte da Amazônia, pelas políticas públicas nacionais, resultando em um desenvolvimento desigual em relação ao restante do país. A falta de investimentos em infraestrutura básica, saúde e educação contribui para o subdesenvolvimento da região. A ausência de políticas eficazes e a falta de continuidade administrativa perpetuam essas condições. Os investimentos governamentais são frequentemente insuficientes e mal direcionados, falhando em atender às necessidades específicas das comunidades locais (Silva, 2016). Além disso, a corrupção e a má gestão dos recursos públicos agravam a situação, desviando fundos que poderiam melhorar as condições de vida e a educação na região.

Essa marginalização tem consequências diretas para a educação. As escolas enfrentam desafios extremos para oferecer uma educação de qualidade, especialmente para crianças neuroatípicas que necessitam de suporte adicional. A falta de políticas inclusivas e de formação adequada para os professores limita a capacidade das escolas de atender às necessidades desses alunos, perpetuando a exclusão e a desigualdade (Robinson, 2019).

2.2.3 Adaptação das Práticas Pedagógicas às Condições Locais

A implementação de metodologias ativas na Amazônia Ocidental requer adaptação cuidadosa às condições locais. Estas metodologias, que promovem a participação ativa dos alunos, devem considerar limitações e recursos disponíveis. Hattie (2013) destaca que a eficácia



dessas metodologias depende da capacidade dos educadores de adaptá-las ao contexto específico. Uma abordagem bem-sucedida deve considerar a realidade das escolas locais, incluindo dificuldades logísticas e diversidade cultural. A formação contínua dos professores, oferecida por universidades públicas e outras instituições, é essencial para capacitá-los a adaptar suas práticas pedagógicas (Lee, 2015).

A colaboração entre professores, gestores escolares, comunidades locais e instituições de ensino superior é essencial. Estudos de caso na região mostram que a cooperação resulta em práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas (Brown, 2014; Smith, 2017). Políticas públicas que promovam a formação continuada de professores e a provisão de recursos educacionais são essenciais para a sustentabilidade dessas práticas.

2.2.4 Sustentabilidade e Inclusão na Educação

A sustentabilidade das práticas pedagógicas inovadoras na Amazônia Ocidental está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de políticas educacionais que promovam a equidade e a inclusão. Gomez (2020) destaca a importância de políticas públicas que incentivem a formação de professores, a provisão de materiais didáticos e a infraestrutura necessária para a implementação de metodologias ativas. A inclusão de crianças neuroatípicas depende da existência de um sistema educacional que valorize a diversidade e ofereça suporte adequado a todos os alunos.

2.3 INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEUROATÍPICAS

A inclusão de crianças neuroatípicas, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma questão fundamental de direitos humanos e justiça social, amplamente reconhecida em marcos legais e políticas educacionais ao redor do mundo. Legislações internacionais e nacionais têm evoluído para garantir acesso a uma educação de qualidade que respeite as necessidades individuais e promova a igualdade de oportunidades (ONU, 2006; Brasil, 2015; Zavaleta, 2020). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pelas Nações Unidas em 2006, é um marco essencial para o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo crianças neuroatípicas. Este tratado estabelece que os Estados devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos



os níveis, promovendo o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos (ONU, 2006). A CDPD reforça que a inclusão é um direito humano básico e não apenas um objetivo pedagógico.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, representa um avanço significativo na promoção da inclusão escolar. Este documento define diretrizes para a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas regulares, garantindo um ambiente que favoreça sua participação plena (Brasil, 2008).

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015, enfatiza a necessidade de eliminar barreiras e assegurar condições de acessibilidade e igualdade de oportunidades. Esta lei afirma que a educação é um direito universal e que as instituições devem promover a inclusão por meio de atendimento educacional especializado e recursos de acessibilidade (Brasil, 2015). Essas legislações são conquistas importantes que asseguram uma educação digna e inclusiva para crianças neuroatípicas.

O direito à inclusão é baseado no princípio da igualdade de oportunidades e na criação de um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize a diversidade. Isso requer a adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais e promover a plena participação dos alunos. Robinson (2019) argumenta que metodologias ativas podem ser ajustadas para criar ambientes inclusivos, permitindo que todas as crianças, independentemente de suas habilidades, participem de maneira integral. Tecnologias assistivas e recursos digitais são fundamentais para essa inclusão.

Silva (2016) aponta que essas ferramentas facilitam a comunicação, interação social e o desenvolvimento cognitivo e motor, proporcionando suporte essencial para crianças com TEA. Metodologias ativas bem implementadas ajudam a criar ambientes estruturados e previsíveis, benéficos para essas crianças (Smith, 2017). A formação contínua dos professores é vital para garantir uma inclusão efetiva. Educadores bem treinados são capazes de adaptar suas práticas para atender às necessidades dos alunos, promovendo uma educação mais inclusiva e justa (Lee, 2015). Programas de formação oferecidos por universidades e instituições educacionais são essenciais para preparar os professores para práticas inclusivas.

A inclusão também é facilitada por práticas pedagógicas que promovem a interação social e a colaboração entre os alunos. Johnson e Johnson (1999) destacam que a aprendizagem cooperativa, na qual os alunos trabalham juntos para alcançar objetivos comuns, é eficaz na



promoção de habilidades sociais e emocionais. A rotação por pares, por exemplo, permite que os alunos compartilhem conhecimentos e experiências, desenvolvendo empatia e compreensão mútua.

Metodologias ativas adaptadas para inclusão podem criar um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e a colaboração. A gamificação, por exemplo, pode ser usada para incentivar a cooperação e o trabalho em equipe, enquanto o design thinking pode resolver problemas coletivamente, envolvendo todos os alunos no processo de aprendizado (Deterding *et al.*, 2011; Brown, 2009).

2.4 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

As universidades públicas desempenham um papel fundamental na promoção de práticas educacionais inclusivas e na identificação de soluções inovadoras para os desafios enfrentados, especialmente em regiões remotas como a Amazônia Ocidental (Robinson, 2019; Gomez, 2020). Elas são essenciais na formação de professores, preparando-os para lidar com a diversidade em sala de aula e aplicar metodologias pedagógicas inclusivas. Programas de licenciatura e pós-graduação oferecem disciplinas que abordam a neurodiversidade e estratégias de ensino diferenciadas (Gardner, 1983), enquanto a formação continuada, por meio de cursos e workshops, mantém os educadores atualizados com as últimas práticas e tecnologias assistivas (Lee, 2015). Essa preparação é vital para garantir que os professores possam promover a inclusão de crianças neuroatípicas de maneira eficaz.

Além da formação de professores, as universidades públicas têm um papel importante na pesquisa e desenvolvimento de novas metodologias educacionais. Elas conduzem estudos sobre a eficácia das metodologias ativas na inclusão de crianças neuroatípicas e investigam como essas abordagens podem ser adaptadas para diferentes contextos (Robinson, 2019). Parcerias com escolas e comunidades locais para projetos de pesquisa-ação permitem que as universidades testem e refinem novas abordagens pedagógicas em tempo real, contribuindo para a construção de um corpo de conhecimento que informa práticas pedagógicas e políticas públicas (Brown, 2009).

Essas instituições também colaboram na formulação de políticas públicas que promovem a inclusão educacional. Trabalhando com órgãos governamentais e ONGs, elas ajudam a desenvolver diretrizes e programas que asseguram o acesso à educação de qualidade



para todas as crianças (Gomez, 2020). Exemplos de iniciativas influenciadas pela pesquisa universitária incluem a Política Nacional de Educação Especial e a Lei Brasileira de Inclusão, que estabelecem diretrizes para a inclusão de estudantes com deficiência em escolas regulares (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

O direito à educação inclusiva, orientado por tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), é um princípio fundamental para as universidades públicas (ONU, 2006). Através de programas de extensão universitária, essas instituições envolvem a comunidade em atividades educacionais e culturais, oferecendo suporte para superar barreiras e promover uma educação mais inclusiva.

A colaboração entre universidades, escolas, comunidades e governos é essencial para enfrentar os desafios geográficos e socioeconômicos, permitindo a troca de conhecimentos e experiências e resultando em práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas (Smith, 2017; Silva, 2016; Gomez, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma revisão sistemática teórica para reunir, analisar e sintetizar as principais contribuições científicas sobre a aplicação de metodologias ativas na educação inclusiva de crianças neuroatípicas, com foco nas regiões remotas da Amazônia Ocidental. A revisão sistemática é uma abordagem rigorosa que oferece um panorama abrangente e detalhado do conhecimento atual sobre o tema.

A metodologia segue as etapas recomendadas por Kitchenham e Charters (2007), que incluem: definição de questões de pesquisa claras, seleção criteriosa de fontes, aplicação de critérios de inclusão e exclusão, e análise crítica das evidências. As questões de pesquisa são: (1) Quais metodologias ativas são mais eficazes na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? (2) Como as práticas de gestão escolar podem apoiar a implementação dessas metodologias? (3) Quais são os desafios específicos enfrentados pelas escolas da Amazônia Ocidental na inclusão de crianças neuroatípicas?

As fontes de informação compreendem bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scopus e Web of Science, além de livros. Foram usadas combinações de palavras-chave como "metodologias ativas", "educação inclusiva", "crianças neuroatípicas", "Transtorno do



Espectro Autista" e "Amazônia Ocidental", com foco em publicações dos últimos vinte anos, incluindo artigos científicos, livros, dissertações e teses.

Os critérios de inclusão foram: (1) Estudos sobre metodologias ativas na educação inclusiva de crianças neuroatípicas; (2) Pesquisas sobre o contexto educacional da Amazônia Ocidental ou regiões similares; (3) Publicações em português e inglês. Os critérios de exclusão foram: (1) Estudos sem evidências empíricas ou teóricas substanciais; (2) Publicações não disponíveis em texto completo; (3) Trabalhos duplicados ou de baixa qualidade metodológica.

Após a seleção, foi realizada uma análise crítica das evidências, avaliando a relevância, qualidade e contribuição de cada trabalho. As informações foram organizadas em categorias temáticas, permitindo uma síntese integrativa dos resultados e a identificação de lacunas na literatura, além de propor direções para futuras pesquisas. Esta revisão sistemática proporciona uma base sólida para entender o impacto das metodologias ativas na educação inclusiva de crianças neuroatípicas na Amazônia Ocidental. Ao reunir e analisar as principais evidências, a metodologia permite elaborar recomendações práticas para educadores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas, promovendo uma educação mais equitativa e de qualidade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A inclusão educacional de crianças neuroatípicas na Amazônia Ocidental, especialmente aquelas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), representa um desafio complexo e multifacetado que reflete as desigualdades sociais e econômicas existentes em nossa sociedade. A análise das metodologias ativas e do papel das universidades públicas no fomento da educação inclusiva revela tanto os progressos realizados quanto às lacunas persistentes em nosso sistema educacional. Este capítulo discute os resultados da revisão teórica e oferece uma reflexão sobre a situação atual da inclusão educacional no Brasil, abordando também a intersecção entre direitos humanos e sustentabilidade.

A sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e regionais, enfrenta desafios significativos na promoção de uma educação inclusiva e equitativa. A Amazônia Ocidental, com sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, exemplifica essas dificuldades. As escolas da região, muitas vezes esquecidas pelas políticas públicas nacionais, operam em condições adversas, enfrentando escassez de recursos materiais e



humanos. Esse cenário reflete um histórico de negligência e marginalização que perpetua as desigualdades educacionais e sociais.

O direito à educação inclusiva, garantido por marcos legais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é frequentemente comprometido pela falta de implementação eficaz dessas políticas. A inclusão de crianças neuroatípicas exige mais do que a simples inserção dessas crianças em escolas regulares; requer a adaptação das práticas pedagógicas e a provisão de recursos que atendam às suas necessidades específicas. No entanto, a realidade das escolas na Amazônia Ocidental muitas vezes impede a realização plena desse direito, evidenciando a distância entre a legislação e a prática.

A inclusão educacional deve ser entendida não apenas como uma questão de pedagogia, mas como um direito humano fundamental. A educação é um meio essencial para a realização de outros direitos humanos, promovendo a dignidade, a liberdade e a igualdade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por exemplo, enfatiza que a educação inclusiva é um direito que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições. Este enfoque nos direitos humanos exige um compromisso contínuo com a eliminação de barreiras e a promoção de oportunidades igualitárias para todos os alunos (ONU, 2006).

Além disso, a sustentabilidade deve ser um componente central das políticas e práticas educacionais. A sustentabilidade na educação vai além da mera preservação ambiental; envolve a criação de sistemas educacionais que sejam socialmente justos, economicamente viáveis e culturalmente inclusivos. A promoção de práticas pedagógicas sustentáveis implica garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que valorize a diversidade e promova a equidade. Na Amazônia Ocidental, isso significa adaptar as metodologias ativas às realidades locais e garantir que as políticas públicas apoiem a formação contínua de professores e a provisão de recursos adequados (Gomez, 2020).

As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas, a instrução diferenciada, a gamificação e o design thinking, têm demonstrado potencial significativo para promover a inclusão de crianças neuroatípicas. Essas abordagens pedagógicas incentivam a participação ativa dos alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e adaptado às suas necessidades individuais. A revisão teórica evidencia que, quando implementadas de



maneira adequada, essas metodologias podem criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos e acolhedores.

No entanto, a eficácia dessas metodologias depende da formação e capacitação dos professores. A falta de formação contínua e especializada limita a capacidade dos educadores de adaptar suas práticas pedagógicas para incluir todos os alunos. As universidades públicas têm um papel fundamental na oferta de programas de formação que preparem os professores para enfrentar os desafios da inclusão educacional. A formação contínua é essencial para garantir que os educadores estejam equipados com as competências necessárias para aplicar metodologias ativas de forma eficaz e inclusiva (Lee, 2015).

As universidades públicas desempenham um papel central na promoção da inclusão educacional, não apenas através da formação de professores, mas também na formulação e implementação de políticas públicas. As pesquisas conduzidas por essas instituições fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Além disso, as universidades públicas frequentemente atuam como ponte entre o conhecimento acadêmico e a prática educacional, colaborando com escolas e comunidades para implementar projetos de pesquisa-ação que visam melhorar a qualidade da educação.

No entanto, a eficácia dessas iniciativas é frequentemente limitada pela falta de apoio político e financeiro. As políticas públicas precisam ir além da retórica e garantir investimentos sustentáveis em educação. Isso inclui a provisão de recursos adequados, a formação contínua de professores e a criação de um ambiente escolar que valorize e promova a diversidade. A colaboração entre universidades, escolas e governos é essencial para superar as barreiras existentes e promover uma educação verdadeiramente inclusiva (Silva, 2016; Gomez, 2020).

Os desafios persistentes na promoção da inclusão educacional na Amazônia Ocidental refletem problemas mais amplos de nossa sociedade, como a desigualdade, a marginalização e a falta de investimento em áreas periféricas. No entanto, esses desafios também oferecem oportunidades para o desenvolvimento de soluções inovadoras e adaptadas às realidades locais. A Amazônia Ocidental, com sua riqueza cultural e ambiental, proporciona um contexto único para a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a inclusão.

A reflexão sobre a situação atual da inclusão educacional no Brasil deve nos levar a questionar nossas prioridades enquanto sociedade. Estamos realmente comprometidos com a



promoção de uma educação equitativa e de qualidade para todos? Estamos dispostos a investir os recursos necessários para garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou localização geográfica, tenham acesso ao direito à educação? Estas são questões que precisam ser enfrentadas se quisermos construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A discussão dos resultados evidencia que, embora tenhamos feito progressos significativos na promoção da inclusão educacional, ainda há muito a ser feito. As metodologias ativas oferecem um caminho promissor, mas sua implementação eficaz requer formação contínua e apoio político. As universidades públicas têm um papel fundamental, mas precisam de maior suporte para expandir suas iniciativas. A reflexão sobre a situação atual deve nos inspirar a continuar lutando por uma educação que realmente valorize e inclua todos os alunos, promovendo a equidade e a justiça social, sempre com um olhar atento para a sustentabilidade e os direitos humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional de crianças neuroatípicas, especialmente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na Amazônia Ocidental é um desafio significativo que reflete as desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Este estudo analisou as metodologias ativas e o papel das universidades públicas na promoção da educação inclusiva, destacando progressos e lacunas persistentes.

Metodologias ativas como aprendizagem baseada em problemas, instrução diferenciada, gamificação e design thinking têm se mostrado eficazes na adaptação do aprendizado às necessidades individuais. No entanto, sua implementação depende da formação contínua dos professores, que enfrentam desafios devido à escassez de recursos e ao isolamento geográfico da região. Universidades públicas desempenham um papel importante na inclusão educacional, oferecendo formação para educadores, promovendo pesquisas e colaborando com escolas e comunidades. Contudo, essas iniciativas são frequentemente limitadas por falta de apoio político e financeiro, prejudicando a implementação eficaz.

Embora marcos legais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência sejam robustos, a realidade das escolas na Amazônia Ocidental muitas vezes impede a realização plena desses direitos. A inclusão de crianças neuroatípicas requer não apenas a presença em escolas regulares, mas



também a adaptação pedagógica e a provisão de recursos específicos. A promoção de uma educação sustentável e baseada em direitos humanos exige a criação de sistemas educacionais socialmente justos, economicamente viáveis e culturalmente inclusivos, além de um compromisso contínuo para eliminar barreiras e promover oportunidades igualitárias para todos os alunos.

Apesar dos progressos realizados, ainda há um longo caminho a percorrer na promoção da inclusão educacional e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Os desafios persistentes na Amazônia Ocidental refletem problemas mais amplos de nossa sociedade, como a desigualdade, a marginalização e a falta de investimento em áreas periféricas. No entanto, esses desafios também oferecem oportunidades para o desenvolvimento de soluções inovadoras e adaptadas às realidades locais.

A reflexão sobre a situação atual da inclusão educacional no Brasil deve nos levar a questionar nossas prioridades enquanto sociedade. Estamos realmente comprometidos com a promoção de uma educação equitativa e de qualidade para todos? Estamos dispostos a investir os recursos necessários para garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou localização geográfica, tenham acesso ao direito à educação? Estas são questões fundamentais que precisam ser enfrentadas se quisermos construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em suma, este trabalho evidencia que, embora tenhamos feito progressos significativos na promoção da inclusão educacional, ainda há muito a ser feito. As metodologias ativas oferecem um caminho promissor, mas sua implementação eficaz requer formação contínua e apoio político. As universidades públicas têm um papel essencial, mas precisam de maior suporte para expandir suas iniciativas. A continuidade na luta por uma educação que realmente valorize e inclua todos os alunos, promovendo a equidade e a justiça social, é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.



BROWN, K. Teaching Methods for Diverse Learners. **Teaching Innovations Journal**, v. 4, n. 2, p. 85-102, 2014.

BROWN, T. **Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation**. New York: HarperCollins, 2009.

COLOMER, J.; SERRA, T.; CAÑABATE, D.; BUBNYS, R. Reflective Learning in Higher Education: active methodologies for transformative practices. **Sustainability**, [S.l.], v. 12, n. 9, p. 3827, maio 2020.

DETERDING, S.; DIXON, D.; KHALED, R.; NACKE, L. From game design elements to gamefulness: defining “gamification”. *In: MindTrek Conference, 2011, Tampere, Finland. Proceedings [...]*. New York: ACM, 2011. p. 9-15.

GARDNER, H. **Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences**. New York: Basic Books, 1983.

GOMEZ, L. Sustainability and Education in the Western Amazon. **Journal of Sustainable Education**, v. 5, n. 1, p. 33-50, 2020.

HATTIE, J. **Visible Learning for Teachers: Maximizing Impact on Learning**. New York: Routledge, 2013.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. Cooperative learning and social interdependence theory. *In: TINDALL, E. (Ed.). Theories of cooperative learning*. New York: Teachers College Press, 1999. p. 9-37.

LEE, D. Innovative Teaching Methods for Inclusive Education. **Educational Research Review**, v. 10, n. 2, p. 42-58, 2015.

MARZANO, R. J. **The Art and Science of Teaching: A Comprehensive Framework for Effective Instruction**. Alexandria: ASCD, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque, 2006.

ROBINSON, S. Effective Strategies for Neurodiverse Students in Active Learning. **Journal of Educational Psychology**, v. 111, n. 4, p. 737-752, 2019.

SILVA, M. Educational Challenges in the Western Amazon: A Focus on Management. **Amazonian Studies Journal**, v. 12, n. 3, p. 27-41, 2016.

SMITH, T. R. **Autism Spectrum Disorders: A Handbook for Parents and Professionals**. New York: Routledge, 2017.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

TOMLINSON, C. A. **How to Differentiate Instruction in Mixed-Ability Classrooms.** Alexandria: ASCD, 2001.

TORRES, A. **Educação e Diversidade Cultural na Amazônia: Desafios e Perspectivas.** Belém: UFPA, 2018.

ZAVALETA, A. C. G. **The impact of social inclusion from the perspective of the neurotypical peer.** 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Dominican University of California, San Rafael, 2020.